

BREVE MEMORIAL
DA SOCIEDADE PORTUGUESA
DE ESCRITORES (SPE)
E ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA
DE ESCRITORES (APE)
NO X.º ANIVERSÁRIO DA APE



SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DA «SOCIEDADE PORTUGUESA DE ESCRITORES» (SPE)

I — ANTECEDENTES E FUNDAÇÃO DA «SOCIEDADE PORTUGUESA DE ESCRITORES»

A criação de uma associação correspondeu desde sempre a uma profunda aspiração dos escritores portugueses. Nas condições de repressão e da política anti-cultural que caracterizou o regime salazarista — como aliás é norma de todos os regimes anti-democráticos —, não era tarefa fácil vencer as barreiras governamentais que se opunham à criação de uma instituição desta natureza.

Mas a força da aspiração e o peso do empreendimento juntam-se e, auscultadas as várias tendências ideológicas e correntes estéticas, concordantes na criação da agremiação de escritores, foi constituída uma Comissão Organizadora, que impulsionou as primeiras diligências e congreou à volta do projecto esses grupos e tendências.

Contudo, só em 1954 — mais precisamente a 30 de Abril — se tornou pública a ideia, através de uma carta-circular, assinada pelos escritores Aquilino Ribeiro e Ferreira de Castro, e enviada a todos os escritores de que se conheciam os endereços. Eram convidados para uma reunião «com o fim de trocar impressões quanto à possibilidade de fundar uma Sociedade de Escritores, de todo apolítica, que tenha por objectivo tratar e defender exclusivamente os interesses da classe».

A reunião realizou-se na Casa do Alentejo, no dia 6 de Maio de 1954, pelas 21 horas.

Em seguida foi convocada nova assembleia pelos subscritores da primeira carta-circular, que se realizou também na Casa do Alentejo, no dia 2 de Julho de 1954, para apreciação dos Estatutos «por que há-de reger-se a Sociedade dos Escritores Portugueses».

Esta designação foi alterada por consenso, numa das assembleias, para Sociedade Portuguesa de Escritores.

Depois de persistentes diligências, os Estatutos foram finalmente homologados em 1956 (despacho ministerial de 4 de Julho de 1956).

Dizia-se no Art.º 2.º: «A Sociedade Portuguesa de Escritores tem por objectivo fomentar um maior convívio e aproximação entre os escritores, ventilar problemas de natureza cultural, promover a difusão da obra literária nacional e obter facilidades para os seus associados».

O parágrafo 1.º deste artigo especificava:

«Promover, pelos meios ao seu alcance, a defesa da língua e da literatura portuguesa como património espiritual da Nação».

Estes foram os princípios fundamentais que orientaram a actuação das sucessivas direcções da Sociedade Portuguesa de Escritores, ainda que os seus Estatutos tenham sofrido algumas alterações no decorrer do tempo, sobretudo a reformulação de 1964.

Após a homologação ministerial dos Estatutos, realizaram-se eleições a 5 de Julho desse ano, sendo os Corpos Gerentes da novel Sociedade presididos pelos seguintes escritores: João de Barros (Assembleia Geral), Aquilino Ribeiro (Direcção) e António Sérgio (Conselho Fiscal).

Desde a sua primeira Direcção que os Corpos Gerentes da Sociedade Portuguesa de Escritores integraram, de acordo com os seus princípios, representantes de diversas ideologias e correntes estético-literárias sem discriminações.

Além de Aquilino Ribeiro, foram presidentes de Direcção os escritores Jaime Cortesão, Joaquim Paço d'Arcos, primeiro em funções de interinidade e a seguir confirmado em



TOMADA DE POSSE DA PRIMEIRA DIRECÇÃO DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE ESCRITORES (Casa do Alentejo — Julho de 1956)

Na 1.ª fila, da esquerda para a direita: Aquilino Ribeiro, Manuela de Azevedo, João de Barros, General Luís Augusto Ferreira Martins, Adelaide Felix, Assis Esperança e Leão Penedo. Na 2.ª fila: Jaime Lopes Dias, Alexandre Cabral, Cruz Filipe, Alves Redol, Adão e Silva e Mário Dionísio* (encoberto por Assis Esperança)*

** não fazendo parte dos Corpos Gerentes, assistiram ao acto de Posse.*

Assembleia Geral, Ferreira de Castro e Jacinto do Prado Coelho.

Instalada provisoriamente na Rua das Taipas, 12-r/c Dto., a Sociedade Portuguesa de Escritores viria a fixar-se na sua sede definitiva, na Rua da Escola Politécnica, 20-1.ºEsq. Nunca chegou a concretizar-se a ideia da instalação da Sociedade Portuguesa de Escritores em sede própria, muito embora estivessem em curso para o efeito conversações com a Fundação Calouste Gulbenkian.

II — INICIATIVAS DA «SOCIEDADE PORTUGUESA DE ESCRITORES»

Entre as iniciativas mais relevantes de carácter cultural e que justamente prestigiaram a instituição e as suas sucessivas Direcções — e a que deram a sua colaboração escritores dos mais diversos quadrantes — podem mencionar-se:

Em 1957 — O ciclo «A Literatura e o Cinema», durante o mês de Junho:

- projecção do filme *Hamlet*, de Shakespeare, com palestra de Aquilino Ribeiro.
- projecção do filme *A Pérola*, de Setinha, com palestra de Alves Redol.
- projecção do filme *O Capote*, de Gogol, com palestra de Domingos Monteiro.

Em 1960 — Primeiro Ciclo de Conferências, consagrado ao romance estrangeiro (com o patrocínio da Fundação Calouste Gulbenkian):

- «Romance, existência e visão do mundo», por Vitorino Nemésio.
- «Do romance italiano contemporâneo», por Vieira de Almeida.
- «O romance francês contemporâneo» por Urbano Tavares Rodrigues.
- «Do romance espanhol contemporâneo», por Maria de Lourdes Belchior.
- «O moderno romance inglês», por Joaquim Monteiro Grillo.
- «O romance norte-americano contemporâneo», por José Palla e Carmo.
- «O romance alemão contemporâneo», por Paulo Quintela.
- «O romance brasileiro contemporâneo», por António Quadros.

Em 1962 — «Novo curso de extensão universitária», consagrado ao romance português, constituído por cinco lições, também com o patrocínio da Fundação Calouste Gulbenkian, de Janeiro a Fevereiro.

- «Camilo e a tradição romântica do romance português», por Vitorino Nemésio.
- «Eça e a tradição realista do romance português» por Gaspar Simões.
- «Naturalismo, regionalismo e reacção anti-naturalista», por Joel Serrão.
- «Neo-realismo e realismo ético (ou realismo crítico),» por Oscar Lopes.
- «O romance psicologista, metafísico ou de situação existencial», por Luís Forjaz Trigueiros.

Este Curso repetiu-se no Porto, Coimbra, Aveiro, Leiria, Viseu, Caldas da Rainha e Sintra, e, posteriormente, no Brasil, em várias Faculdades e outros estabelecimentos de ensino, mercê da iniciativa da escritora Maria de Lourdes Belchior, ao tempo Adido Cultural à Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro.

Os textos das conferências dos dois ciclos foram editados em volume, graças ao patrocínio da Fundação Calouste Gulbenkian, beneficiando os associados de uma redução de 50%.

Em 1964 — Novo ciclo de conferências, desta vez subordinado ao tema: «A Poesia Portuguesa do Romantismo aos nossos dias», realizado de Maio a Junho.

- «Condicionalismo Social», por Joel Serrão.
- «Temática», por Jacinto do Prado Coelho.
- «Mundividências», por Padre Manuel Antunes.
- «Prosódia», por António Coimbra Martins.

Proferidas em Lisboa, as conferências foram repetidas no Porto e em Coimbra.

Noutro plano de iniciativas e realizações de indiscutível importância para o estímulo e valorização da produção literária e para a vida cultural do país que, por subsídios, foram atribuídos pela SPE:

- Prémio Literário «Camilo Castelo Branco», a atribuir anualmente, com o patrocínio do Grémio de Editores (desde 1962).
- Com o patrocínio da Fundação Calouste Gulbenkian, foram instituídos com carácter bienal quatro grandes prémios, no montante de 50 000500 cada: «Grande Prémio de Poesia», «Grande Prémio de Teatro», «Grande Prémio de Novelística» e «Grande Prémio de Ensaio».
- Os jovens escritores não foram esquecidos, tendo sido criados os «Prémios Revelação» para Romance, Poesia, Teatro, Ensaio, Memorialismo e Jornalismo, e outros dedicados aos Suplementos Culturais da Província.
- De assinalar ainda a intervenção da Sociedade Portuguesa de Escritores na edificação do mausoleu ao Presidente, escritor Jaime Cortesão, e na edição da medalha comemorativa do 1.º aniversário da morte do seu primeiro

Presidente, escritor Aquilino Ribeiro (1964) . Já em 1963 (a 9 de Março) tinha sido inaugurado na Sede um retrato a óleo de Aquilino Ribeiro, executado pelo pintor Rui Filipe, a quando das comemorações nacionais dos 50 anos de vida literária daquele escritor, homenagem nacional que se deveu à iniciativa da Delegação da SPE no Porto.

Por várias vezes as direcções da Sociedade Portuguesa de Escritores tomaram posição, defendendo com firmeza, junto do Ministro da Educação Nacional do regime fascista, alguns dos seus associados presos pela PIDE por alegadas actividades políticas subversivas, como aconteceu em 1963, a quando da prisão dos escritores Alves Redol, Alexandre Cabral, Alberto Ferreira e Urbano Tavares Rodrigues; ou em 1964, quando foram presos os escritores Franco de Sousa e Jacinto Martins.

De salientar, durante todo este período, a actividade cultural e de defesa dos interesses da SPE desenvolvida pelas delegações do Porto e Coimbra, onde participaram com destaque, entre outros, os escritores Oscar Lopes, Egito Gonçalves, Luísa Da-costa, António Rebordão Navarro, Papiniano Carlos, Joaquim Namorado, Paulo Quintela, Mário Braga.

No âmbito das actividades de relações com escritores de outros países a SPE teve ocasião de receber na sua sede grandes nomes tais como: Roland Barthes, Lucien Goldman, Câmara Cascudo, Erskine Caldwell, Angus Wilson, Gerald Moser, Damaso Alonso, Robbe-Grillet.

III — EXTINÇÃO DA «SOCIEDADE PORTUGUESA DE ESCRITORES»

A última direcção da SPE, projectara para o triénio seguinte um programa de extraordinário valor cultural.

PLANO DE ACTIVIDADES DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE ESCRITORES 1965-67

I

DEFESA DA LÍNGUA PORTUGUESA

- 1)Elaboração do Estatuto do Tradutor;
- 2)Instituição dum Prémio ou de subsídios de tradução;
- 3)Definição dum critério para a publicação de livros clássicos (lato sensu);
- 4)Estabelecimento de relações (com vista à colaboração) com a Sociedade de Língua Portuguesa.

II

DEFESA DA LITERATURA PORTUGUESA

E DOS DIREITOS DO ESCRITOR PORTUGUÊS

- 1)Estudo do condicionalismo da criação literária em Portugal resultante das modalidades de censura prévia ou ulterior, não esquecendo as relações do escritor com a imprensa, a rádio e a televisão;

- 2) Estudo do problema dos direitos autorais, com vista à atribuição à Sociedade Portuguesa de Escritores de capacidade legal para controlar os contratos entre autores e editores e a sua observância;
- 3) Organização de colóquios sobre deontologia da crítica literária;
- 4) Desenvolvimento dos meios de convívio e de aproximação entre os escritores;
- 5) Organização dos serviços da Biblioteca da Sociedade Portuguesa de Escritores.

III

FOMENTO E DIFUSÃO DA LITERATURA PORTUGUESA

A) No País:

1) Conferências, recitais e exposições sobre temas literários:

Em 1965: comemoração dos centenários de Gil Vicente, de Bocage e da Questão Coimbrã e do cinquentenário do Orpheu por meio de conferências, de recitais e duma exposição bibliográfica referente ao Orpheu;

Em 1966: conferência comemorativa do centenário de D. Francisco Manuel de Melo; ciclo de conferências sobre «Modos de Compreensão da Literatura»; recitais de poesia portuguesa e brasileira, organizados segundo um critério temático;

Em 1967: conferências (e eventualmente exposição bibliográfica) comemorativas dos centenários de António Nobre, Camilo Pessanha e Raul Brandão; ciclo de conferências sob o título global «Da missão e da responsabilidade do escritor»; recitais de poesia portuguesa e brasileira;

- 2) Manutenção dos actuais prémios literários e revisão do regulamento do Prémio de Ensaio;
- 3) Edição das séries de conferências realizadas pela S. P. E. e dos originais aprovados pelo Fundo de Edições;
- 4) Publicação, se possível, dum boletim trimestral ou semestral;
- 5) Criação de novas delegações da S. P. E.;
- 6) Estreita colaboração com o Grémio dos Editores e Livreiros e com os editores.

B) No estrangeiro:

1) Criação duma delegação da S. P. E. em Paris;

2) Admissão de sócios extraordinários, especialmente brasileiros, de acordo com a letra dos Estatutos;

3) Estabelecimento ou intensificação de relações com sociedades estrangeiras congéneres;

4) Promoção da edição de autores e antologias portuguesas no estrangeiro;

5) No concernente, em especial, às relações com o Brasil:

a) Promoção de visitas de escritores brasileiros a Portugal e de escritores portugueses ao Brasil;

b) Inquérito e estudo sobre a situação do livro português no Brasil;

c) Efectivação das recomendações do relatório da comissão para exame do problema do livro português no Brasil: envio de livros portugueses aos críticos literários brasileiros e às cátedras de Literatura Portuguesa, etc;

d) Criação, se possível, duma delegação da S. P. E. no Rio de Janeiro ou em São Paulo;

e) Transmissão pela rádio brasileira, especialmente pela universitária, de gravações de conferências, colóquios, etc., promovidos pela S. P. E.;

f) Promoção de acordos entre jornais ou revistas portuguesas e brasileiras

para publicação de textos de autores portugueses e de autores brasileiros simultaneamente em Portugal e no Brasil.

Este plano, porém, não pôde ser posto em prática, porque no mês de Maio de 1965, a SPE é surpreendida pela sua extinção, imposta pelo governo fascista de Salazar, nas circunstâncias que a seguir se relatam.

Foi a propósito da atribuição do «grande Prémio de Novelística» ao livro «Luuanda» do escritor Luandino Vieira, então preso pelas autoridades portuguesas, pelas suas posições e empenhamento anti-colonialistas, que se desencadeou uma absurda campanha repressiva e difamatória contra o escritor e a obra galardoada, contra o Júri e a Sociedade Portuguesa de Escritores, de que os meios de comunicação da época serviram de instrumento não raro provocatório.

A Direcção da SPE, sobre a qual foram exercidas pressões de vária ordem para que revogasse a decisão do Júri, manteve, porém, uma firmeza exemplar, honrando assim as suas tradições de independência e sobretudo a idoneidade responsável dos membros do Júri designados para a apreciação das obras literárias concorrentes.

O Júri que atribuiu o prémio era constituído pelos escritores Alexandre Pinheiro Torres, Augusto Abelaira, Fernanda Botelho, João Gaspar Simões e Manuel da Fonseca. Foram todos interrogados na PIDE, tendo ficado os dois primeiros e o último detidos às ordens daquela polícia.

Na própria noite do dia 21 de Maio de 1965, pelas 22 horas, a sede da Sociedade Portuguesa de Escritores, na Rua da Escola Politécnica, foi assaltada e saqueada por bandos de desconhecidos, apoiados por elementos da PIDE. No Diário de Notícias do dia 22 de Maio, em «Últimas Notícias», podia-se ler o seguinte: «...Os assaltantes começaram por afixar, numa das portas de entrada, um dístico onde se podia ler: «Agência dos terroristas na Metrópole». Nas várias salas, nas paredes, viam-se, ainda, outras frases. Uma delas: «M. P. L. A. Sucursal». Todo o mobiliário foi completamente destruído. Portas e janelas danificadas. Candeeiros e molduras partidos. Máquinas de escrever e ficheiros inutilizados. Os prejuízos são elevadíssimos.»

Assim findou o tempo de vida e actividade — 9 curtos anos — da Sociedade Portuguesa de Escritores, de que foi último Presidente de Direcção Jacinto do Prado Coelho. Nenhum acto de reparação material devolveu o património da SPE. Nenhum gesto de reparação moral dirimiu a enorme ofensa inflingida à cultura em geral e à dignidade dos profissionais da literatura em particular. Apenas uma adulta solidariedade de classe, expressa e testemunhada na prática, pela grande maioria dos escritores portugueses, manteve viva uma decisão inabalável: a de reabrir a sua «Sociedade», com a mesma inteireza e independência.

IV

FORMAÇÃO E FUNDAÇÃO DA «ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ESCRITORES»

Foram precisos 8 anos de luta persistente e de forte unidade por parte dos escritores portugueses para se conseguir, já no consulado de Marcelo Caetano e sendo Ministro da Educação Veiga Simão, não a reabilitação da primitiva Sociedade Portuguesa de Escritores, mas a criação de uma nova associação, que não poderia, porém, herdar o seu nome.

Com efeito, só com a subida ao poder de Marcelo Caetano e tentando reclamar da

aparente abertura política do novo mentor do regime, um grupo de escritores — Jacinto do Prado Coelho, João José Cochofel e Joel Serrão — representando o interesse colectivo, obtiveram uma audiência com o fim de dar os primeiros passos legais para a reabertura da associação (1969).

Após várias diligências e conseguido o primeiro aceno de luz verde, realizou-se em Março de 1970, na Casa do Alentejo, uma assembleia geral de escritores em que se discutiram e votaram os Estatutos da nova Associação Portuguesa de Escritores — tal o seu nome de baptismo, uma vez que estava vedado o uso do nome «Sociedade» — e foi eleita uma Comissão Promotora, encarregada da sua instalação e constituída por vinte e cinco escritores: Manuel Rodrigues Lapa (designado Presidente da Comissão), Alexandre Babo, Alvaro Salema, António Modesto Navarro, António Quadros, Fernanda Botelho, Fernando Assis Pacheco, Fernando Namora, Faure da Rosa, Isabel da Nóbrega, João José Cochofel, José Blanc de Portugal, José Carlos Ary dos Santos, José Ribeiro dos Santos, Luís Lindley Cintra, P.^e Manuel Antunes, Manuel Ferreira, Maria de Lourdes Belchior, Matilde Rosa Araújo, Orlando da Costa, Oscar Lopes, Paulo Quintela, Ruy Belo, Sophia de Mello Breyner Andresen e Vergílio Ferreira.

Dois anos e meio decorreram num esforço paciente e desgastante contra a burocracia e a má vontade de várias instâncias oficiais e na defesa de tudo quanto se considerava fundamental para a dignidade e independência, os direitos e aspirações dos escritores e da sua vida associativa.

Finalmente, em 28 de Setembro de 1972, era homologada pelo Ministro Veiga Simão a criação do novo organismo associativo. E em 13 de Abril de 1973, no 13.º Cartório Notarial, em Lisboa, era lavrada a escritura da constituição da Associação Portuguesa de Escritores, subscrita por 16 elementos da Comissão Promotora.

No dia 6 de Junho, na Casa da Imprensa, os escritores elegem os primeiros Corpos Gerentes da APE, ficando a presidir a Assembleia Geral, a Direcção e o Conselho Fiscal, respectivamente, os escritores Sophia de Mello Breyner Andresen, José Gomes Ferreira e Faure da Rosa.

Sem sede própria nem condições financeiras mínimas para iniciar uma actividade digna e fecunda, os escritores, conscientes da necessidade de salvaguardar a sua independência sobretudo perante uma governação anti-democrática e entidades com ela comprometidas, juntaram-se com todo o ânimo à volta de uma ideia que surgiu: a de eles próprios, com a solidariedade dos seus companheiros das Artes Plásticas, tentarem obter com os seus próprios valores e obras o essencial para que a Associação pudesse começar a viver e agir.

Foi feito um apelo para que os escritores oferecessem manuscritos, livros raros, autógrafos, e os artistas plásticos, obras suas para serem vendidas num leilão público.

A resposta solidária da maioria esmagadora dos artistas plásticos e dos escritores ultrapassou tudo o que se poderia esperar e sob o lema «Luta pela Acção Independente», realizou-se na Sociedade Nacional das Belas Artes, em Dezembro de 1973, o grande leilão que viria a constituir o mais expressivo acontecimento na vida cultural e pro-associativa, indesmentível demonstração de unidade e camaradagem.

As receitas do leilão ascenderam a cerca de 1200 contos, base para a actividade da APE.

«... Êxito e resultados que esta Associação fica a dever, aqui o declarando e agradecendo, ao magnífico testemunho de solidariedade dos

nossos camaradas artistas plásticos, à colaboração exemplar de galerias de arte, à generosidade de tantos colecionadores e escritores que nos ofereceram valiosas peças do seu património. Começamos a nossa vida com um dívida de gratidão que nunca esqueceremos ...»

Assim se referia a primeira Direcção da A. P. E. no seu primeiro Relatório de Contas do Exercício de 1973, apresentado na Assembleia Geral de Março do ano seguinte.

Foi em Junho de 1973 que se realizaram os primeiros actos oficiais da nova Associação: no dia 6, a eleição dos Corpos Gerentes e no dia 14, a tomada de posse dos mesmos.

Pelo seu valor histórico e sobretudo o carácter da sua inspiração programática, transcrevem-se aqui palavras pronunciadas naquelas ocasiões.

Discurso proferido por Rodrigues Lapa na Assembleia Geral para eleição dos Corpos Gerentes, em 6 de Junho de 1973.

Meus prezados Colegas:

Antes de dar início aos nossos trabalhos, quero dirigir a todos os escritores presentes a minha cordial saudação, com algumas palavras, poucas, que julgo apropriadas à tarefa que vamos hoje principiar. Esse labor vai ser muito duro, a julgar pelos exemplos do passado, que não foram nada propícios à missão que sempre nos propusemos: melhorar este mundo ruim em que vivemos, fazendo dele a ditosa pátria de todos os homens.

O escritor entre nós foi sempre, ou quase sempre considerado um pobre diabo, constrangido a viver dos favores do Paço e das migalhas dos grandes senhores, ganhando a abastança à custa da sua liberdade. Não nos alongaremos na explicação deste servilismo dramático, que lhe era imposto pelas circunstâncias do meio em que vivia: basta citar o caso e os nomes dum Damião de Góis, dum padre António Vieira, dum Correia Garção, dum Bocage, e porque não dum Camões, o maior de todos, para se avaliar o que tem sido neste país o nobre e perigoso ofício do trabalhador das letras. O desafio está lançado à nossa Associação: continuaremos nós a suportar este fado iníquo, ou abriremos clareiras de luz no nosso horizonte, exigindo que nos considerem o verdadeiro espelho da Nação, que efectivamente somos?

A primeira coisa que urge fazer é talhar a nossa vida à medida dos nossos recursos, que são muito limitados; e procurar acrescentá-los sem mendigar favores, para não criar obrigações que nos tolham a liberdade — o nosso maior bem. Temos pois que dar voltas à imaginação, que todos mais ou menos possuímos (é o que nos vale), para angariar meios de vida e assim realizarmos os nossos propósitos.

Para isso torna-se indispensável que todos nos demos as mãos para fazermos da nossa Associação um centro de convivência amistosa e não um botequim de política inferior. É notório que temos opiniões diferentes sobre matéria vária, e ainda bem que assim é. Saibamos superar essas divergências de menor monta, à luz duma preocupação mais alta, que deve ser a eminente dignidade do escritor. Faço votos por que assim seja.

*Discurso proferido por Sophia de Mello Breyner Andresen —
Presidente da Assembleia Geral na tomada de posse dos
Corpos Gerentes, em 14 de Junho de 1973.*

A Associação Portuguesa de Escritores começa agora a sua vida.

Todos sabemos que esta obra se deve ao trabalho e à dedicação da Comissão Promotora presidida pelo professor Rodrigues Lapa. Isto é: deve-se ao esforço de escritores que em vez de lutarem pelos seus interesses pessoais lutaram pelos interesses de uma comunidade. E de entre esses escritores não posso deixar de distinguir pela sua dedicação exemplar Manuel Ferreira e Alexandre Babo.

E creio que nos podemos alegrar pela eleição dos corpos gerentes a que agora é dada posse e pelo facto de á frente da sua direcção estar o poeta José Gomes Ferreira, poeta na sua obra e na sua atitude perante a vida.

Acreditamos que esta nova Associação vai contribuir para melhorar as tão difíceis condições de trabalho do escritor português.

Mas espero que, para além da defesa dos interesses profissionais, esta Associação seja um lugar de encontro e de confronto que contribua para uma consciência colectiva da cultura cada vez mais exigente e rigorosa ,e cada vez mais ligada à vida. Escrever é exigir e não aceitar. Creio que um verdadeiro escritor é antes de tudo alguém que não aceita a degradação da vida.

Espero que esta Associação defenda a presença efectiva e real do poeta na cidade do homem. Mas mais ainda desejo que esta Associação — opondo-se a todas as formas de alienação que desfiguram a existência da sociedade actual — defenda a presença prática da poesia na vida do homem.

Creio que, como Holderlin disse:

Aquilo que permanece os poetas o fundam.

A poesia é necessariamente política porque uma cidade sem poesia é uma cidade desmantelada e morta.

Ao longo do seu caminho a Associação Portuguesa de Escritores que agora começa a sua vida terá certamente de enfrentar problemas e combates. O voto que agora faço é este: que em todos os momentos da sua carreira a Associação Portuguesa de Escritores, como a Sociedade Portuguesa de Escritores, exista para a defesa da liberdade de consciência e para a defesa da responsabilidade de escrever.

*Discurso proferido por José Gomes Ferreira — Presidente
da Direcção — na tomada de posse dos Corpos Gerentes,
em 14 de Junho de 1973.*

Ao receber das mãos de Sophia de Mello Breyner Andresen o cargo de presidente da Direcção da Associação Portuguesa de Escritores, para que fui tão benevolmente eleito, consintam-me que, antes de pronunciar as palavras da praxe e de enumerar os sonhos do ritual, recorde, por elementar acto de justiça, os homens da extinta Sociedade Portuguesa de Escritores que, com tanta dignidade e espírito de sacrifício, defenderam a

honra literária de todos nós, num penoso momento de paixão e cólera. Em seguida, desejo também saudar, sem excepções, estejam em que campo estiverem, todos aqueles que se esforçaram por reparar essa injustiça contra a nossa classe, sempre tão desprotegida e incómoda.

Enfim, depois de árdua e paciente luta de muitos anos, a Comissão Instaladora, presidida por esse Mestre de Exemplos que se chama Rodrigues Lapa, conseguiu erguer, com pedras difíceis, a nova Associação.

Devo declarar que considero a aceitação do cargo, em que fui agora empossado, o primeiro acto verdadeiramente poético da minha vida. Porque, na verdade, só um poeta, que, ainda por cima, não possui vocação mundana e social para manobrador ou manobrável, ousaria ser presidente de uma Associação sem sede, sem dinheiro, sem nada, contando quase exclusivamente com os esforços dos escritores e dos outros artistas, seus pares, para subsistir. Com eles — e desculpem que lhes pareça demasiado burocrata — com os estatutos que nos impõem a obrigação de nomear imediatamente uma comissão destinada a estudar e a tentar obter uma lei vital para a nossa agremiação, que nos permitiria cobrar uma pequena percentagem sobre a venda das obras caídas no domínio público.

Se essa justíssima percentagem nos fosse atribuída, adquiriríamos não só os meios de assegurar o funcionamento normal da Associação, mas também — e aqui já principia o sonho — a possibilidade de fundar uma instituição semelhante à Casa onde nos encontramos neste momento, a Casa da Imprensa, de que os jornalistas, com razão, tanto se orgulham.

Para isto do que necessitamos? De Unidade — dizem-me. Pois claro. De Unidade. Mas que espécie de Unidade? E como alcançá-la?

Conhecemo-nos bem uns aos outros. Somos escritores, isto é, romancistas, poetas, ensaístas, e, portanto (o contrário é que seria de estranhar), pensamos e sentimos de modos diferentes, temos visões-do-mundo que se chocam, uns são apaixonados, outros frios, estes preguiçosos, aqueles tímidos, e todos hipersensíveis, e independentes, independentes até à ferocidade — confessemos.

Mas estes defeitos e virtudes não serão afinal os de toda a gente? A esgrima com punhais de fel e mel de todas as classes?

Não me digam que só porque sentimos talvez mais agudamente ou pensamos com mais profundidade, não conseguimos resistir á tendência ridícula — pecado em que eu já caí, suponho — de nos considerarmos superiores aos outros homens, até ao ponto de não podermos unir-nos para defesa dos nossos interesses. E até no caso de nos julgarmos deuses com entranhas de barro, não deveríamos, por isso mesmo, pôr essa superioridade ao serviço de causas superiores, esquecendo paixões e apenas não perdoando a traição?

Sejamos pois optimistas e convençamo-nos de que os diabos e os anjos (no fim de contas, os diabos são anjos caídos) se poderão talvez entender como homens, e tentemos organizar a Unidade na Diversidade — a única possível entre nós.

Por mim, considero a oposição necessária e até desejável, para que o nosso organismo viva com saúde. Não temo, antes exijo que vigiem os meus actos, os nossos actos, que nos fiscalizem e critiquem, contanto que se não esqueçam de que vamos partir de zero — orgulhosamente

do zero.

Para isso basta que, num acordo tácito, sem necessidade de cerimónias de pacto de não-agressão, mas apenas *com interesse real, com interesse verdadeiro pela nossa colectividade*, nos esforcemos por encontrar uma plataforma de convivência e entendimento, afinal fácil de realizar se respeitarmos as regras de jogo constantes dos estatutos.

Sem esse respeito leal, aberto, compreensivo, acreditem que a nossa Associação se tornará um terreiro de pelejas estéreis, quando, em verdade, a fundámos para desígnios mais altos e, sem qualquer espécie de dúvida, comuns e caros a todos, gregos e troianos.

Falo da defesa dos nossos direitos intelectuais e morais. Falo da liberdade como elemento essencial da profissão (ou missão, como queiram) de escrever. Elemento tão importante no nosso ofício que leva os escritores de todo o mundo, sejam quais forem as ideologias dominantes nos países em que vivem, a reagirem contra qualquer repressão ou censura.

Falo finalmente dos direitos materiais, cuja defesa temos de encarar a sério, não — é bom dizê-lo e repeti-lo — para iniciar lutas vãs e inglórias contra os editores, com quem pretendemos pelo contrário manter relações de colaboração estreita em prol da Cultura Portuguesa; mas, como tão admiravelmente disse Rodrigues Lapa na sua alocução à assembleia que nos elegeu, para deixarmos de ser os pobres diabos «constrangidos a viver das migalhas dos senhores», para que «nos considerem o verdadeiro espelho da nação, que efectivamente somos».

Em Janeiro de 1974, a Associação Portuguesa de Escritores instalou-se na sua actual sede, na Rua do Loreto, n.º 13, em Lisboa, num velho 2.º andar de precárias condições para hoje poder acolher certas iniciativas culturais ou sequer conter uma biblioteca com os livros dos seus associados.

A sua inauguração oficial, porém, teve lugar no dia 16 de Maio com a calorosa recepção dada a muitos escritores regressados do exílio ou das prisões fascistas, após a Revolução do 25 de Abril. Recorde-se, entre outros, de Barradas de Carvalho, Carlos Coutinho, Fernando Piteira Santos, Manuel Alegre, Mário Soares, Miguel Urbano Rodrigues. De Álvaro Cunhal, também convidado, foi recebida uma carta amável justificando a sua ausência, e Ruy Luís Gomes fez-se representar por Maria Lamas.

Nesse dia inesquecível, a Associação Portuguesa de Escritores selava, num acto de reconhecimento e participação, uma aliança com todos os escritores portugueses anti-fascistas e perante o povo português e o ideal democrático que, como a sua antecessora S. P. E., sempre a norteou.

«O 25 de Abril representava para nós, escritores, o fruto apetecido de um longo combate, que em boa parte foi nosso também. Mas, se era de esperar que alterasse radicalmente em sentido positivo as possibilidades de intervenção dos escritores na sociedade portuguesa, a verdade é que alterou também necessariamente a formulação dos objectivos imediatos da Associação ...» — palavras que constam do Relatório de 1975, subscritas pela Direcção presidida ainda por José Gomes Ferreira. Foi o primeiro mandato da A. P. E., «dois anos e meio de trabalho, que, por cobrirem um período excepcionalmente rico e agitado da vida portuguesa, foram igualmente tempos assinalados, na vida da nossa Associação, pela convergência de circunstâncias com repercussões contraditórias no seu funcionamento».

EDITORIAL

Pedem-me que escreva algumas palavras para o primeiro número do nosso Boletim (mais uma obrigação estatutária cumprida).

Acedo, feliz, por se me proporcionar nova oportunidade de saudar todos os escritores, estejam em que campo estiverem, pensem o que pensarem, os que responderam imediatamente ao nosso apelo e os que não tardarão, por certo, a juntar-se á Aventura Comum de erguermos do nada a Associação Portuguesa de Escritores.

É uma luta difícil, sabemos-lo melhor do que ninguém, depois da experiência destes meses de trabalho, a que todos os membros da Direcção se entregaram com sacrifício exemplar de férias e de horas de descanso.

Mas todos acreditamos que venceremos se os escritores se convencerem da absoluta necessidade da existência de um órgão que os represente e defenda, principalmente, do ponto de vista profissional. Uma grande associação livre e independente, para além de sectarismos deslocados, diferenciação de escolas e antagonismos de ideologias e de gerações.

Por isso, em nome da actual Direcção proponho para a nessa sociedade a seguinte divisa:
— “Escritores: as diferenças, entre pessoas de qualidade, só as podem unir!”

JOSÉ GOMES FERREIRA

No entanto, nesse mandato como nos que se lhe seguiram e a que presidiram, por ordem cronológica, os escritores Maria Velho da Costa (até 1977), Augusto Abelaira (até 1979) e Urbano Tavares Rodrigues (até 1981), a Associação Portuguesa de Escritores desenvolveu uma considerável actividade cultural diversificada, esforçando-se, não obstante todas as dificuldades e limitações, por influir no reconhecimento do estatuto social do escritor e na sua tão específica condição de produtor de literatura.

À actual Direcção, empossada em 26 de Maio de 1982 e presidida por Manuel Ferreira, cabe, para além de um trabalho de reorganização dos Serviços Administrativos e da criação de um estreitamento das relações com a Comunicação Social, levar a bom termo, conjuntamente com iniciativas da sua exclusiva responsabilidade, projectos e resoluções de Direcções anteriores tanto de alcance cultural como sócio-profissional, enquadrando a circunstâncias presentes directrizes gerais que sempre orientaram a A. P. E.

V

INICIATIVAS DA «ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ESCRITORES»

Assim, a Associação Portuguesa de Escritores, desde 1973 a 1983 (Maio) desenvolveu actividades e incentivou iniciativas, que poderão ser registadas no seguinte sumário:

— Com a abertura verificada, imediatamente a seguir ao 25 de Abril, criaram-se condições novas para o relacionamento entre a A. P. E. e as ENTIDADES OFICIAIS, no plano interno, como para o estabelecimento de um livre intercâmbio com as comunidades e associações congéneres de todo o mundo, no plano externo.

De assinalar um novo tipo de diálogo e entendimento com a Secretaria do Estado da Cultura, designadamente através — num passado recente — do Instituto Português do Livro, cujo apoio tem vindo a verificar-se em ocasiões e níveis diversos, sendo certo que uma planificação mais exigente deverá ser posta à discussão e apreciação, pela parte da A. P. E. e das ENTIDADES OFICIAIS.

Documento apresentado ao Ministério de Educação e Cultura pela Associação Portuguesa de Escritores (1974).

Considerando o escritor na sua dupla qualidade de cidadão e de trabalhador de textos, que são objectos de cultura e interesse nacional, propomos ao MEC a consideração destas nossas seguintes pretensões, no intuito de tornar o escritor um activo membro da sociedade em que vive e trabalha.

Para isso se requer o *APOIO DO MEC*, a vários níveis, e a sua estreita ligação com a A. P. E., legítima representante dos Escritores portugueses.

Assim, traçamos algumas considerações, embora esquemáticas, sobre aquilo a que se poderá chamar: *O ESTATUTO DO ESCRITOR*.

Distinguiremos, logo de início, dois campos distintos em que se inserem as nossas pretensões:

- A) Direitos do Escritor
- B) Funções do Escritor

No capítulo A) incluiremos:

1. Código do Direito do Autor
2. Obtenção de Fundos
3. Bolsas de Trabalho
4. Profissionalização do Escritor

No capítulo B) incluiremos:

1. Instituto Nacional do Livro
2. Papel e Função Pública do Escritor
3. Congresso
4. Bibliotecas

A) 1. CÓDIGO DO DIREITO DO AUTOR

O Código do Direito do Autor de 1966, documento de tão largas implicações para a vida cultural do país, naquela data já desajustado e viciado nos seus fundamentos, hoje, frente às novas realidades culturais e políticas do país, está obsoleto.

Nos primeiros meses do corrente ano circulava pela extinta Câmara Corporativa o Projecto do Decreto-Lei N.º 14/x, que continha a matéria do novo Código do Direito do Autor. Embora este projecto representasse um avanço substancial em relação ao Código anterior, obviamente que, à luz dos novos acontecimentos nacionais, necessita de uma séria revisão em muitos pontos.

Naturalmente que essa revisão se torna urgente para que Escritores, Editores, a Imprensa, enfim, o País possa dispor de um instrumento honesto e eficaz.

Propomos que o MEC, entidade sob a qual impende esse direito e essa responsabilidade, determine que ao País seja dado um novo Código do Direito do Autor, ao mesmo tempo que lembra a necessidade de, na eventual comissão de revisão, estar representada a A. P. E.

2. OBTENÇÃO DE FUNDOS — 2% sobre as obras em domínio público

Entre os objectivos propostos no Art.º 2.º dos Estatutos da A. P.E. está a «defesa da língua e da literatura portuguesa, como elemento indispensável do património espiritual da nação» e «a criação e a sucessiva elevação de garantias aos seus associados e aos escritores em geral, em caso de velhice ou de qualquer forma de inabilidade parcial ou total, temporária ou permanente».

A preocupação de criar órgãos de segurança social para o escritor corresponde à necessidade premente de lhe proporcionar as garantias da assistência material a que tem direito todo o homem que trabalha.

A criação de um órgão de segurança social, integrado na Associação, considera-se, pois, um elemento indispensável ao exercício da actividade do escritor com independência e dignidade.

Por outro lado, um dos aspectos de relevância na conservação e na defesa do património cultural da nação está na necessidade de zelar pela integridade e genuidade da obra literária caída no domínio

público. Basta lembrar que no domínio público se encontra hoje toda a literatura clássica, preferencialmente editada, e por isso, a que mais necessita de ser defendida.

Aliás, a necessidade de preservar o património que constitui a literatura clássica, quer portuguesa quer estrangeira, garantindo a sua integridade ou o rigor da sua tradução, foi reconhecida no Projecto do Código do Direito do Autor, que se encontrava em estudo na extinta Câmara Corporativa.

Ora esta Associação entende que estaria naturalmente qualificada para exercer essa missão.

Entende ainda esta Associação que estará de harmonia com os preceitos de justiça atribuir-se-lhe uma percentagem, a pagar pelos Editores, sobre as obras caídas no domínio público — consequentemente até agora isentas de quaisquer direitos autorais — reservando-se a parte indispensável para assegurar a manutenção de um serviço que zele pela integridade daquelas obras, e o restante para os escritores, na constituição de um Fundo a favor de um órgão de segurança social para os mesmos, que funcionasse nesta Associação, conforme projecto a apresentar oportunamente.

Esta medida está sendo posta em prática, pelo menos na Itália, na Alemanha Federal, no México e na Argentina.

Assim, esta Associação conta com a compreensão de V. Ex.^a no sentido de prever a possibilidade de ser atribuída à APE uma percentagem de 2% sobre o preço de capa das obras caídas no domínio público, a distribuir pelo MEC, a fim de aquela assegurar a manutenção de serviços que defendem a integridade e a genuinidade do património literário caído do domínio público, e, bem assim, poder criar um órgão de segurança social dos Escritores.

3. BOLSAS DE TRABALHO

Criação pelo MEC de um Fundo para Bolsas de Trabalho a atribuir aos sócios da APE, com o valor mínimo do salário mínimo nacional. Estas Bolsas serão administradas pela APE.

4. PROFISSIONALIZAÇÃO DO ESCRITOR

Os critérios de profissionalização serão definidos pelo MEC e pela APE. Esse critério passará a funcionar como critério de admissão na APE, constituindo essa admissão o reconhecimento da profissionalização e do respectivo direito à Bolsa de Trabalho.

A APE encontrará assim a sua grande função na nova sociedade portuguesa.

B) 1. INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO

A APE solicita ao MEC o re-estudo deste Instituto, de cuja criação se estava tratando antes do 25 de Abril de 1974. E do parecer da APE que todo este problema deve ser revisto à luz das novas circunstâncias sociais, dando-se ao futuro Instituto do Livro os meios e o Estatuto para poder, efectivamente, cuidar dos problemas do livro como objecto de cultura, e também da sua

difusão em condições socialmente favoráveis, interferindo até nos aspectos comerciais da produção e distribuição dos livros.

2. PAPEL E FUNÇÃO PÚBLICA DO ESCRITOR

Uma vez que se criaram as condições para integrar o escritor na Função Pública que lhe compete — ao nível da criação, ao nível didáctico e ao nível da representatividade — vimos salientar a necessidade, decorrente de tal verificação, da sua profissionalização e intervenção efectiva na vida pública.

Para tal propomos:

- participação na política cultural através de uma Comissão Consultiva permanente junto do MEC;
 - cargos públicos compatíveis com a formação específica do Escritor, como por exemplo em Centros Culturais, Bibliotecas, Leitorados (quando em concorrência com os leitores brasileiros, que um, pelo menos, seja português);
 - participação planeada no ensino ao nível nacional, e em todos os seus graus, junto das disciplinas de língua e literatura, quer em estabelecimentos oficiais e particulares, quer em sociedades recreativas, cooperativas, centros culturais, etc.;
 - representação internacional
- nas embaixadas, consulados, etc.;
 - em instituições de cultura, como por exemplo a UNESCO;
 - em congressos, colóquios, conferências, etc.

3. CONGRESSO

No intuito de promover uma ampla discussão e informação nacional sobre a acção e função do Escritor na nova sociedade portuguesa, propõe-se a APE organizar, com o apoio do MEC, um Congresso em que tais assuntos serão publicamente debatidos e difundidos pela imprensa.

4. BIBLIOTECAS

Solicita-se que no novo esquema para a reorganização e dinamização das Bibliotecas Públicas e Museus Regionais, se tome particularmente em conta o Escritor como elemento vivo dessa dinamização.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DESPACHO N.º 11/75

A Associação Portuguesa de Escritores é uma instituição que lutou desassombradamente contra o obscurantismo, em condições que foram sempre de extrema dificuldade e representaram constante risco dos seus dirigentes e, até, dos simples sócios.

A A.P.E. tem manifestado o propósito de prestar ao actual processo de democratização cultural do país uma colaboração muito importante, que nomeadamente converge nos mesmos objectivos da Direcção-Geral dos Assuntos Culturais, em especial no que diz respeito à transformação de organismos dependentes em centros de cultura, de harmonia com as conclusões das reuniões dos Directores de Arquivos, Bibliotecas e Museus.

Nesta ordem de ideias, encontra-se em estudo um projecto de apoio sistemático à APE, designadamente através de uma percentagem sobre o preço de capa de edições de obras literárias caídas no domínio público que poderá vir a constituir receita do Fundo de Fomento Cultural.

Porém, enquanto o referido estudo não tiver consequências práticas, e não obstante ter já sido prestado à APE algum auxílio, impõe-se facilitar-lhe desde já a realização dos seus projectos a curto prazo, dentro da óptica da colaboração à D.G.A.C.

Assim, e para execução imediata, determino que:

- 1.º — A D.G.A.C. comunique à A.P.E. o plano de colaboração que lhe interessa receber desta e obtenha informação de outros projectos da mesma A.P.E. em 1975, com especificação do montante do subsídio necessário e suficiente para a realização prática.
- 2.º — Obtida aquela informação e tomado o compromisso de colaboração, o Fundo de Fomento Cultural considera a atribuição à A.P.E. do subsídio que esta indicar, a concretizar em regime adequado (talvez trimestralmente e em apoio num relatório dos serviços sobre a colaboração efectivamente prestada no trimestre anterior).

A D.G.A.C. dará conhecimento do presente despacho à direcção da A.P.E.

Lisboa, 17 de Março de 1975.

O SECRETÁRIO DE ESTADO,
João de Freitas Branco

No plano externo, foi enorme o alargamento dos horizontes de intercâmbio, desde as inúmeras visitas de delegações de Associações e escritores estrangeiros à A.P.E. como a visita de escritores portugueses, membros das Direcções, sócios e mesmo não-sócios, em resposta a convites formulados e sempre que possível, aos mais diversos países, designadamente os socialistas, com os quais, até Abril de 1974, Portugal não mantinha relações diplomáticas.

Se é certo que um apreciável número de escritores portugueses esteve já presente, como representante do seu País, através da sua Associação de classe, subsidiada caso a caso, em Congressos, Seminários, simples Encontros ou Festivais, não é menos certo que a A.P.E. não tem podido corresponder satisfatoriamente a esses apelos, excluindo assim em algumas das suas realizações a desejável presença de escritores representantes de outros países. De entre os muitos escritores estrangeiros que a A.P.E. recebeu, destacamos Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir, Henrich Bohl, Nicolás Guillén e mais recentemente Alberto Moravia.

— No plano das actividades culturais, dentro e fora das instalações da A.P.E., realizaram-se neste período de dez anos um número verdadeiramente de considerar de Ciclos de Conferências e Palestras, Colóquios com participação do público, Recitais de Poesia e Sessões de leitura, comentário e discussão de textos.

— Quanto aos *Prémios Literários*, a A.P.E. procurou recompor o quadro existente ao tempo da S.P.E. Extintos que foram os Prémios «Camilo Castelo Branco» e os grandes prémios bienais de Poesia, Teatro, Novelística e de Ensaio, mantiveram-se em colaboração com a Secretaria de Estado da Cultura os Prémios «REVELAÇÃO», cobrindo as áreas do Romance, Poesia, Teatro e Ensaio e criaram-se, além do Prémio de Poesia «Adolfo Casais Monteiro, este instituído pela família do poeta, Prémio para «Originais de Autores Portugueses», dando assim cobertura às necessidades dos jovens escritores sem editor, três Prémios de Literatura Infantil e um Prémio especial de Ensaio.

Pela importância de que já hoje se revestem, mencionam-se com destaque:

— O Prémio «Cidade de Lisboa», que por proposta desta Associação a Câmara Municipal de Lisboa decidiu subsidiar, no valor de 50 contos, destinado a galardoar anualmente um livro de Ficção e hoje aumentado para 75 contos.

Com este prémio foram já distinguidos os seguintes escritores e obras Maria Velho da Costa, «Casas Pardas», Carlos de Oliveira, «Finisterra», Augusto Abelaira, «Sem Tecto entre Ruivas» e José Saramago, «Levantado do Chão».

— O «Grande Prémio de Romance e Novela da APE», também anual, no valor de 750 contos — o mais elevado até hoje — destinado a galardoar um livro de ficção (romance ou novela) de um autor português vivo. Cumpre assinalar que por regulamento estão estabelecidas condições e meios de eficácia para a tentativa de edição da obra em mercados anglófonos, francófonos e hispânicos, o que, para além da difusão externa do livro premiado, abrirá caminho e promoverá a tradução de outras obras e outros autores portugueses.

O «Grande Prémio de Romance e Novela», instituído com o apoio financeiro de 10 entidades patrocinadoras e concedido pela primeira vez em 1983 foi atribuído ao romance de José Cardoso Pires «Balada da Praia dos Cães».

— Sob forma de complementaridade, porventura de significado não menos importante e não obstante o montante de que dispõe — 500 contos de subsídio da Fundação Calouste Gulbenkian, foi criado o «Fundo de Apoio Editorial», que se destina a apoiar monetariamente a publicação de obras de autores com dificuldades em encontrar Editor. Sob recomendação de um júri e após análise de orçamentos apresentados por Editores, que tenham o acordo do escritor candidato ao «Fundo», a A.P.E. negocia a sua comparticipação, exigindo apenas, a seguir, a inclusão no livro editado de que foi participante através do seu «Fundo de Apoio Editorial».

— Foi criada a Revista da Associação Portuguesa de Escritores «LORETO» 13, que não obstante a sua irregular publicação, forçada por dificuldades financeiras, tem mantido a sua presença. Está em estudo a sua reformulação em termos de

produção gráfica, com vistas à viabilização da sua saída regular. O seu último número (N.º 1-II Série), já sob a forma de jornal, saiu no dia 21 de Maio.

— No plano da Previdência e Assistência ao escritor, estudos, consultas e diligências têm vindo a ser feitas pelas várias Direcções. No mandato da Direcção precedente foi realizado através de inquéritos a todos os sócios um «Levantamento da Situação Sócio-Económica do Escritor Português em 1980», publicado e distribuído a todos os sócios.

— Com vista à obtenção de condições de estabilidade profissional do escritor português, independentemente de ter ou não outra profissão, foram e são preocupações da A.P.E.:

- a criação e manutenção de «Bolsas de Trabalho»;
- revisão do «Código do Direito do Autor»;
- fixação, através de Decreto-Lei, de uma percentagem (2%) sobre as obras caídas no «Domínio Público», de que resultaria um Fundo, a ser gerido, designadamente pela Associação Portuguesa de Escritores, com fins de promoção e segurança laboral e de Assistência aos escritores e outros criadores afectos à produção caída no «Domínio Público»;
- a obtenção de uma nova Sede para a instalação e funcionamento, em condições, da A.P.E. (No Relatório de 1977 referia-se ao «congelamento da proposta do Comandante Sarmiento Pimentel para a doação a esta Associação do Palácio dos Almadas». Com efeito, a Direcção da A.P.E. da altura sentiu-se naturalmente inibida de aceitar tal doação, sabendo que o referido Palácio estava ocupado pelos Deficientes das Forças Armadas. Só poderia vir a aceitar desde que aos referidos utentes fosse assegurado, por quem de direito, outro local em condições satisfatórias. O Relatório de 1981 refere: «Foram feitas diligências para se encontrar novas instalações para a nossa Sede. A Câmara Municipal de Lisboa mostrou-se receptiva, continuando este problema a ser uma preocupação desta Associação.» A receptividade da C.M.L. é um facto, porém nenhuma solução se vislumbrou até à data.)

— Realizaram-se, nos dez anos de vida da A.P.E. e com o intervalo de sete anos entre um e outro, dois tão importantes como necessários Congressos de Escritores Portugueses.

I CONGRESSO DOS ESCRITORES PORTUGUESES

Decorreu em Lisboa, em 10 e 11 de Maio de 1975, no Anfiteatro da Biblioteca Nacional. A iniciativa e organização coube à Associação Portuguesa de Escritores, que obteve o pronto apoio do então Secretário de Estado da Cultura e Investigação Científica, Dr. João de Freitas Branco, através de um subsídio de 100 contos, atribuído pela Direcção Geral da Acção Cultural.

Foram apresentadas 57 comunicações, distribuídas pelos seguintes 4 temas:

- 1 — Ideologia, Revolução, Cultura e Função do Escritor (33 comunicações);
- 2 — Comunicação e Pedagogia da Literatura (13 comunicações);
- 3 — Criação Literária, sua Especificidade e/ou Instrumentalidade (7 comunicações);
- 4 — Crítica Textual (4 comunicações)



I Congresso — Mesa da Sessão de encerramento, presidida pelo então Primeiro-Ministro, General Vasco Gonçalves, Maria Lamas, José Gomes Ferreira e Dr. João de Freitas Branco (SEC). Na tribuna, o vice-presidente da A.P.E., Ernesto Melo e Castro.



I Congresso — A Presidente da APE, Maria Velho da Costa, durante a leitura da sua comunicação.

«A realização deste Congresso pode dizer-se hoje ter constituído um momento único na vida cultural portuguesa, pois com as características de abertura a todo o público e pela variada natureza e qualidade das comunicações, se atingiu um clima de largo e intenso debate de problemas que há muitos anos não eram tratados entre nós.»

À sessão final do Congresso, para a qual havia sido convidado o S.E.C.I.C., dignou-se espontaneamente comparecer e presidir o então Primeiro Ministro, General Vasco Gonçalves.

A organização do I CONGRESSO deveu-se à dedicação e eficácia dos sócios Ernesto Melo e Castro (Secretário da Comissão Organizadora), Maria Velho da Costa, Casimiro de Brito, Gastão Cruz, Nuno Júdice e Manuel Alberto Valente.

Por absoluta falta de apoio financeiro não foi possível publicar em volume impresso o conjunto das Comunicações e outros documentos produzidos durante o Congresso.

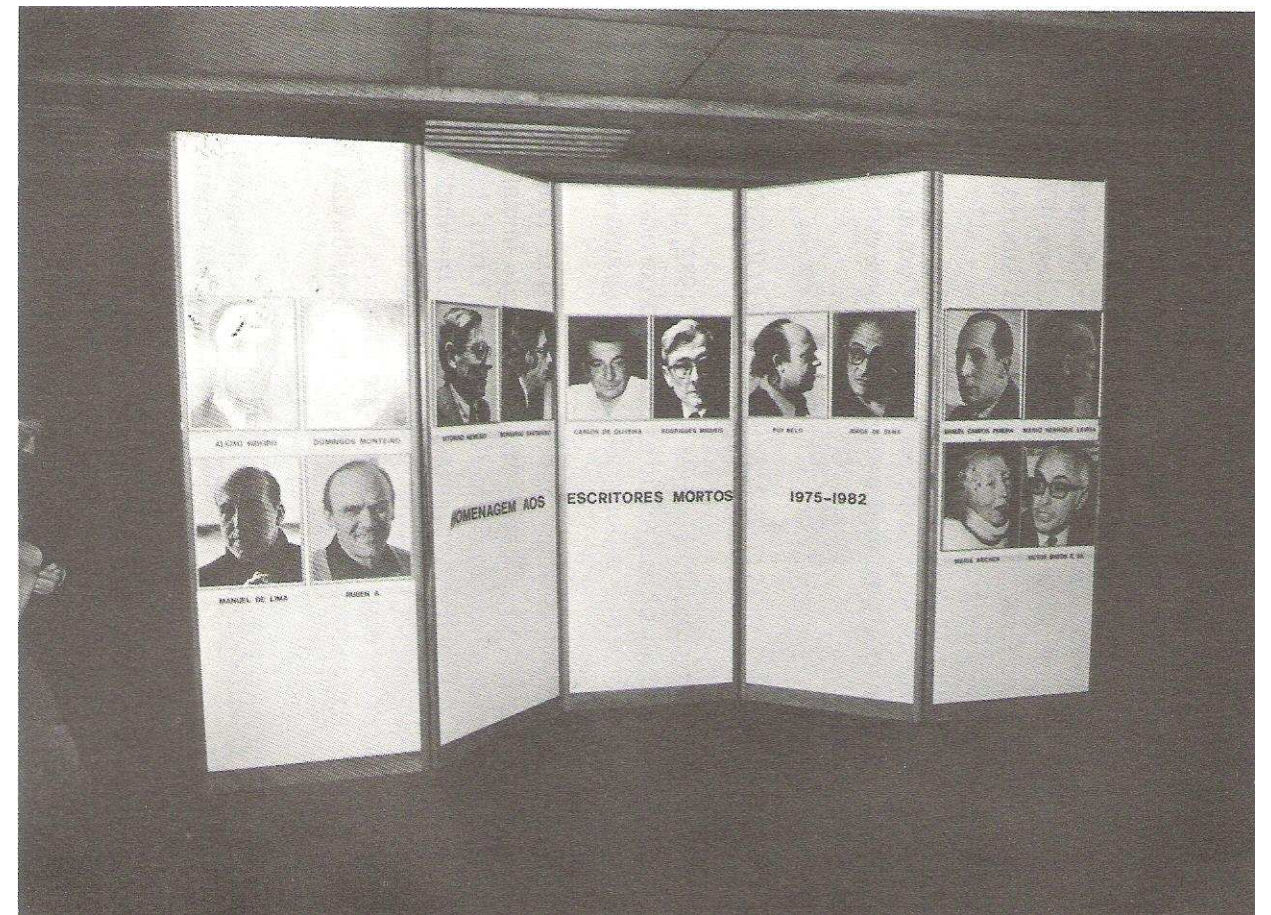
II CONGRESSO DOS ESCRITORES PORTUGUESES

Decorreu nos dias 3, 4 e 5 de Março de 1982, na Fundação Calouste Gulbenkian, tendo as Sessões decorrido em dois salões-anfiteatro e outras duas salas, num programa de trabalhos simultâneos.

À Fundação Calouste Gulbenkian deveu-se também o apoio financeiro à realização desta importante iniciativa da A.P.E., bem como ao Instituto Português do Livro, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Comissão Instaladora do Instituto Damião de Góis, Sociedade Portuguesa de Autores e Associação Portuguesa de Editores e Livreiros.

Foram apresentadas 77 Comunicações, distribuídas pelos seguintes 4 temas:

- 1 — Questões Estético-Literárias (21 comunicações);
- 2 — Questões de Literatura Portuguesa (11 comunicações);
- 3 — As Literaturas de Língua Portuguesa (10 comunicações);
- 4 — O Escritor e a Sociedade Portuguesa (35 comunicações).



II Congresso — Painel de homenagem aos escritores falecidos entre o I e o II Congressos.



II Congresso — Acto inaugural do II Congresso dos Escritores Portugueses, durante a alocação do Senhor Presidente da República, General António Ramalho Eanes.



II Congresso — Mesa da Presidência, na sessão inaugural, durante a alocação do Presidente da Assembleia Geral da A.P.E., Augusto Abelaira.

Estiveram presentes, para além dos congressistas nacionais, dez Delegações de países estrangeiros, entre as quais as de todos os países de língua oficial portuguesa.

À Sessão inaugural presidiu, tendo usado da palavra, o Presidente da República, General António Ramalho Fanes tendo estado presentes também o Vice-Presidente da Assembleia da República, Dr. Amândio de Azevedo e o Ministro da Cultura, Dr. Francisco Lucas Pires.

A organização deste Congresso, que incluiu uma Exposição de Artes Plásticas da autoria de ou sobre escritores e suas obras, além de outras actividades paralelas e um grande jantar-convívio, deveu-se à dedicação e eficácia da Comissão Executiva, constituída por Carlos Eurico da Costa (Presidente da Comissão), Alexandre Babo, António Vieira de Freitas, Fátima Murta, Isabel Santa-Rita, José Correia Tavares, Júlio Conrado, Manuela de Azevedo, Maria Lúcia Lepecki e, representando a Direcção da A.P.E., Orlando da Costa.

Em Dezembro de 1982 foi publicado um livro contendo as Comunicações, Discursos, Debates, Moções e Saudações.

Na nota introdutória pode ler-se, a finalizar: «Espaço aberto que foi a todos os escritores portugueses, sem distinção de escolas ou correntes, ideologias ou gerações, o II Congresso dos Escritores revelou-se um facto de inegável importância e este livro, por isso, constitui no âmbito da nossa vida cultural um documento histórico que testemunhará no futuro, como testemunha no presente, a condição do escritor enquanto criador de cultura e a sua situação social no início dos anos 80 em Portugal».

Nos trabalhos desenvolvidos durante o II Congresso nasceram ainda, e para além da criação do «GRANDE PRÉMIO DE ROMANCE E NOVELA» que já foi referido, duas outras importantes iniciativas-resoluções:

- A realização do I Congresso dos Escritores de Língua Portuguesa, que congregará além dos escritores nacionais, escritores brasileiros e escritores africanos de língua portuguesa.

Esta iniciativa já tomou corpo, tendo sido criada uma ampla e representativa Comissão Organizadora e uma Comissão Executiva já em funções que é presidida por Vasco da Graça Moura.

- Proposta por 25 escritores e aprovada em sessão do Congresso a «Carta Reivindicativa dos Escritores Portugueses» que explicita e aponta caminhos para a regularização de situações relativas às seguintes matérias:

- edição
- comunicação social
- ensino
- profissionalização

Criadas já Comissões de Trabalho no decurso de várias assembleias que tiveram lugar na Sociedade Portuguesa de Autores (SPA) está prevista para até final do corrente mês de Maio uma reunião de escritores no Porto para discussão e desenvolvimento dos pontos entretanto discutidos nas sessões de Lisboa.

Deste documento importante extraímos a parte final, que expressa em termos conclusivos o sentido dos direitos e responsabilidade que os escritores portugueses assumem perante a sua inserção na sociedade portuguesa.

«...Os escritores portugueses exigem, ainda, que a APE e outras entidades que representam os intelectuais portugueses sejam apoiadas pelo Estado, com verbas previstas no Orçamento Geral do Estado, de forma a terem condições para desenvolver uma acção de defesa da cultura e da dignidade dos criadores.

Os escritores portugueses consideram que o seu passado de luta contra o obscurantismo e o papel decisivo no enriquecimento e na democratização da cultura lhes dão o direito de formular estas exigências, porque o futuro de um Povo e de um País dependem muito da sua dinâmica cultural, da defesa e projecção do seu património, da ligação entre os criadores e as populações, no sentido da justiça social, da liberdade e do progresso».

Lisboa, Maio de 1983.